



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, com fulcro no art. 58, §3º, da Constituição Federal, na Lei n.º 1.579 de 18 de março de 1952 e nos termos do art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam requisitadas informações à Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon/MJSP) relacionadas às suspeitas de fraudes ocorridas contra aposentados e pensionistas do INSS no âmbito de descontos associativos sem consentimento e empréstimo consignado sem autorização do beneficiário, incluindo informações sobre Grupos de Trabalho, atas, reuniões, processos administrativos sobre as apurações, histórico de denúncias recebidas e apuradas, detalhamento de ações, multas e processos realizados contra entidades associativas e instituições financeiras que realizaram descontos indevidos.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada e aprovada em Plenário, tem a finalidade de investigar as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas.

Importante ressaltar que a Polícia Federal deflagrou a Operação Sem Desconto, em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), e identificou diferentes atores envolvidos nesse esquema bilionário que lesou milhões de brasileiros. As investigações apontam que Associações e entidades de classe



estavam cobrando mensalidades indevidas diretamente nos contracheques de beneficiários, sem o conhecimento ou consentimento destes, com base em documentos e assinaturas fraudulentas e outras estratégias fraudulentas.

Recentemente, vieram à tona novas formas de fraudes relacionadas aos aposentados e pensionistas, incluindo bancos privados e regras de flexibilização de débito automático do Banco Central. De acordo com as apurações da imprensa, o Banco Central retirou a obrigação de bancos obterem autorização de clientes para realização de débito automático. Com isso, seguradoras e clubes de benefício passaram a utilizar empresas financeiras para fazer cobranças indevidas nas contas de aposentados e pensionistas.

A Senacon, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, tem papel essencial na proteção de consumidores, sobretudo aqueles mais vulneráveis, como aposentados e pensionistas.

Dessa forma, é essencial que todas as informações sobre suspeitas de descontos indevidos e que tenham chegado ao conhecimento da Senacon por meio de plataformas digitais, apurações internas e fiscalizações em conjunto, sejam compartilhadas com esta Comissão e por isso solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento de informações, a fim de que possamos analisar em profundidade todos os elementos que compõem o complexo arcabouço dos fatos que são objeto desta CPMI.

Sala da Comissão, 28 de agosto de 2025.

Deputado Duarte Jr.
(PSB - MA)

